



MANIFESTAÇÕES E FASES DO ASSÉDIO LABORAL: CONTRA UMA ANÁLISE IDEOLOGIZANTE

Showing and steps of work harassment: against an ideologically framed analysis

Terezinha Martins dos Santos Souza*

 <https://orcid.org/0000-0002-7787-9266>

RESUMO

Investigam-se as maneiras como o Assédio Laboral, forma de controle central do capital sobre o trabalho, no período da Acumulação Flexível, tem sido enfrentado em Portugal, analisando as teorias que embasam essas práticas. Elegeu-se Portugal, país onde ocorrem as relações assalariadas com todo o seu corolário de precarização. A análise empreendida revela que esses enfrentamentos se utilizam majoritariamente do referencial teórico da psicodinâmica do trabalho. Esta recusa as formulações da economia política dos trabalhadores, a centralidade da categoria “trabalho”, “classe” e “revolução”, isto é, as categorias ligadas à exploração. Ao não conceber as determinações do capital como gênese do sofrimento causado pelo Assédio Laboral a saída vigente é enfrentar esse sofrimento individualmente, colocando sua origem em cada uma das subjetividades. Na contramão, postula-se que, se a gênese do Assédio Laboral advém do modo de o capital organizar a vida, sendo que a forma de enfrentamento necessariamente é coletiva, organizativa, política.

PALAVRAS-CHAVE

Assédio laboral; Materialismo histórico-dialético; Sindicatos; Psicologia histórico-cultural.

ABSTRACT

This article investigates how Work Harassment –a capital’s productive restructuring period essential ruling – has been struggled in Portugal, by analyzing underlying theories for such proceeding. Portugal was chosen to be the subject of this article, for, in that country, wage relations take place with all its corollary of precariousness. Our inquire has revealed Work Psychodynamics to be a dynamic tool for acting in those relations, in counter-position to workers’ political economy formulations. As Work Psychodynamics rejects “work” category as a benchmark, “class” and “revolution” categories, consequently, are also rejected: nothing but categories linked to exploitation. It does not conceive of social determinations as the genesis of Work Harassment suffering aftermaths, so far, the solution for that is to face a worker’s suffering individually, placing its origin in each subjectivity. In opposition to this approach, it is asserted that, if harassment genesis is social and comes out from Capital’s social life organization manner, the way for battling it is necessarily collective, organizational, and political.

*Psicóloga. Doutora e mestra em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente no Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: terezinha.souza@unirio.br

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n46p375-391



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEYWORDS

Work harassment; Historical-dialectical materialism; Trade unions; Cultural-historical psychology.

Introdução

A Psicologia Histórico-cultural afirma a necessidade de conhecer os processos psíquicos constitutivos do real, mas evita a redução da gênese dos processos sociais à subjetividade. É o modo de produção que dita o modo de ser dos seres sociais. O resultado desse processo não é único e nem sempre concordante com a lógica que o produz. A intencionalidade da produção que se baseia no materialismo histórico-dialético é atuar para que a produção teórica possa ser apropriada pela classe trabalhadora, se transformando em força material que construa a emancipação humana.

A base econômico-política do Assédio Laboral é aqui investigada para evitar que “quando se lembram de estudar temas verdadeiramente históricos [...], só nos dão a história das representações, destacada dos fatos e dos desenvolvimentos práticos que delas constituem a base” (Marx; Engels, 1999, p. 57). Escrutinam-se as maneiras de como o Assédio Laboral, forma de controle central do capital sobre o trabalho, no período da Acumulação Flexível, tem sido enfrentado em Portugal, bem como as teorias que embasam essas práticas.

A análise revela que os enfrentamentos se referenciam na Psicodinâmica do Trabalho e em teorias pós-modernas, e não nas formulações da economia política dos trabalhadores. Tais abordagens subsomem a discussão aos processos psicológicos, como se o Assédio Laboral fosse de gênese psicológica, situando assim o enfrentamento no âmbito da moral, do internismo. Desconsideradas as raízes econômicas da “questão social”, resta a dimensão moral e ética. A título de enfrentar o Assédio Laboral, tais práticas têm, pelo contrário, se transformado em elementos de fortalecimento do processo que afirmam combater.

Acumulação Flexível, padrão de acumulação de capital vigente, implementa transformações no trabalho, especialmente sobre o modo de controlá-lo (Antunes, 2018) e esse controle aparece como se fora menos despótico. O controle é analisado como categoria determinante de materialização da submissão real do trabalho ao capital, e não como mero acessório na organização do trabalho. As modificações operadas nos processos de trabalho do período da Acumulação Flexível e o controle que o capital exerce sobre elas desempenham dupla função: econômica e ideológica. O capital tenciona tanto valorizar o valor como neutralizar, obstruir e destruir as formas de resistência e organização da classe trabalhadora.

O capital é, ele próprio, essencialmente um modo de controle, e não meramente um direito de controle legalmente codificado. Isto é verdadeiro independentemente do fato de que, sob as condições históricas específicas da sociedade capitalista, o direito de exercer controle sobre a produção e a distribuição seja “constitucionalmente” atribuído a um número limitado de indivíduos, na forma de direitos hereditários de propriedade bem protegidos pelo Estado (Mészáros, 2011, p. 444).

Como corolário político-ideológico desse agir do capital, assiste-se à emergência na classe trabalhadora de uma subjetividade inautêntica e dominada, que tem impactado enormemente as representações dos trabalhadores e suas lutas.

O Assédio Laboral constitui-se de atos de humilhação contra o trabalhador, referindo-se às suas características pessoais de forma depreciativa (atingindo-o moralmente) e retirando dele os meios de exercer bem o trabalho, visando construir sua incompetência. Um traço distintivo do período da Acumulação Flexível é a utilização pragmática das emoções, parte imaterial do trabalho, pelo capital (Antunes, 2018), não só para cooptar a classe trabalhadora ideologicamente, mas também para aumentar a extração da mais valia relativa, na medida em que o controle é utilizado para obter o ritmo desejado e impedir a sublevação.

Nesse quadrante é que se revelam as armadilhas: análises teóricas que tomam os traços fenomênicos dos processos de Assédio Laboral como se fossem os principais consideram a tática do capital — do uso das emoções — como se fosse a gênese; ficam na superficialidade da análise; tomam a parte como o todo; praticam ideologia. Constitui-se como estratégia própria do pensamento conservador tomar os processos sociais como sem preexistentes na sua forma atual. Essa conformação, que se apresenta sob formas de narrativas e intencionalidades (supostamente) progressistas, aplica-se à forma como a Psicodinâmica do Trabalho realiza a análise sobre o Assédio Laboral.

No quadrante oposto, mas cometendo também um erro de análise, críticas a esse procedimento feitas por teóricos que se reivindicam materialistas recaem no mecanicismo vulgar e ignoram a tática do capital. Em outras palavras, percebem o problema central, que é a lógica do capital de sempre valorizar o valor, mas não o movimento ideopolítico que ele empreende historicamente para tal feito. Para Marx e Engels (2012), o capital precisa se revolucionar constantemente para continuar a ser o modo de produção que é.

Desconsiderar as diversas táticas que ele cria para atingir seu objetivo é recair na superficialidade da análise, posto que toma a aparência fenomênica dos processos sociais como falsa, negando que ela faça parte do processo, na contramão do que postula o materialismo histórico-dialético, que compreende a aparência como parcial, mas não falsa.

O desenvolvimento é exatamente o movimento empreendido para que o ente se torne o que é — dito de outro modo, é a história. Para Mészáros (2011),

Do ponto de vista do capital, visto como modo de controle, a questão importante não é a sua forma contingente, é a necessidade de uma expropriação da mais-valia **que assegure a acumulação**. De uma forma ou de outra, sua forma contingente deve ser modificada – mesmo nos parâmetros estritamente capitalistas – no curso da inexorável autoexpansão do capital, de acordo com as variações de intensidade e escopo da acumulação de capital possível na prática sob as circunstâncias históricas dadas. Sendo assim, a questão da dominação do capital sobre o trabalho, junto com as modalidades concretas de sua superação, devem se tornar inteligíveis em termos das determinações material-estruturais das quais emergem as várias possibilidades

de intervenção pessoal no processo de reprodução social. Pois, por mais paradoxal que possa parecer, o poder objetivo da tomada de decisão, e a correspondente autoridade não escrita (ou não formalizada) do capital na qualidade de modo de controle real, precede a autoridade estritamente delegada (isto é, os imperativos objetivos do próprio capital estritamente delegados e apenas contingentemente codificados) dos próprios capitalistas (Mészáros, 2011, p. 445, grifo nosso).

A utilização das emoções para capturar a subjetividade da classe trabalhadora se expressa emblematicamente na mudança de terminologia utilizada para se referir a ela. A ideologia da ordem logra moldar as expectativas contestatórias ao universo conceitual conservador, no que se refere ao mundo do trabalho. Substituem-se termos utilizados para nomear as relações de trabalho (trabalhadores, empregados, funcionários) por termos que conotam relações afetivas (colaboradores, parceiros, associados). Tal estratégia opera para esbater as fronteiras entre público e privado.

O desafio dos que utilizam o arsenal do materialismo histórico-dialético, no que se refere ao Assédio Laboral, é analisar as emoções como processos históricos, não hipostasiá-las (reduzindo determinações sociais ao psiquismo humano) bem como de não contraditar o real (negando a utilização pragmática das emoções empreendida pelo capital), mas dialeticamente conceituar as emoções como forma com que se expressa o controle no momento da Acumulação Flexível.

O capital age para produzir as subjetividades necessárias para sua própria reprodução. Esses processos de constituição apresentam formas diferenciadas em cada momento histórico. A Acumulação Flexível é a forma de organizar a produção, criada para responder à séria crise estrutural que o capital enfrentou nos anos 1960. É a expressão fenomênica de uma crise estrutural do sistema capitalista.

As razões econômicas que forjaram as mudanças ocorridas em direção à implantação da Acumulação Flexível eram ligadas basicamente à necessidade de o capital fazer os produtos circularem no conjunto do mundo, ampliando os espaços de produção de mercadoria, para que em novos espaços fosse possível utilizar a força de trabalho mais barata. As razões políticas visavam dar uma resposta à classe, que, de 1960 a 1968, entrou em processo de contestação e enfrentamento e escapar para locais onde os trabalhadores ainda não haviam se organizado.

É preciso atrair a classe trabalhadora, que havia saído há pouco da Segunda Guerra Mundial. Colocava-se o embate capitalismo *versus* comunismo, uma escolha entre duas formas de organizar o mundo. Era preciso que os capitalistas oferecessem o seu modo de organizar a vida como o melhor dos mundos. O capital elaborou uma forma nova de atuar sobre a subjetividade da classe trabalhadora, na qual o controle do trabalho se fez não mais via repressão explícita, mas por internalização de regras, utilizando-se das emoções da classe trabalhadora. O controle é exercido também por cada um sobre si mesmo e sobre o outro, parceiro de tarefas.

Tal processo nunca se dá de forma idêntica. Ao empreender o movimento de expansão por todo o globo, o capital o faz diferenciadamente, a depender de que papel cada país ocupa na divisão social do trabalho mundial, de qual é o estágio da luta de classes e de quais são as determinações histórico-culturais de cada país.

Analisa-se aqui a organização dos sindicatos hoje em Portugal, posto que eles são a representação dos trabalhadores, instrumentos de luta e de proteção, a quem estaria destinada a tarefa de enfrentar o Assédio Laboral, fenômeno que grassa nas fileiras da classe trabalhadora, incidindo sobre a saúde dos trabalhadores e sobre a luta de classes.

Sindicalismo em Portugal

O modo de produção capitalista constitui-se com suas expressões precarizadas e suas decorrências para o conjunto das classes trabalhadoras em todo o planeta.

O Assédio Laboral não é um fenômeno circunscrito a determinados países, mas é a forma atual de controle sobre as possibilidades de sublevação, necessário para o capital em todos os recônditos do planeta, como em Portugal. Este é um país situado num continente cêntrico, a Europa, mas que enfrenta todo corolário atual de precarização do modo de produção capitalista (Antunes, 2018).

Em Portugal, evidencia-se “uma tendência para o recuo da taxa [de sindicalização] na maioria dos países capitalistas centrais, sintoma decisivo da *crise do sindicalismo*” (Alves, 2014, p. 27, grifo do autor). Sem conhecer com exatidão o número de filiados nos sindicatos em Portugal, também não é possível apurar com rigor a representatividade das forças em presença; no entanto, a taxa de sindicalização segue a tendência mundial de refluxo. Com o fim da filiação compulsória, extinta com a Revolução dos Cravos (1974), esse índice teve considerável queda na década seguinte, mas se suavizou nos anos 1990 e se manteve até o presente.

Alves (2014) expõe as determinações principais da crise do sindicalismo em Portugal e afirma que o país enfrentou, no início da década de 1970, uma crise tanto financeira, “[...] os alicerces do poder sindical começaram a ser erodidos, com particular ênfase para o recurso crucial que são os efectivos sindicais” (Alves, 2014, p. 270), como político-organizativa.

O poder alcançado pelos sindicatos encontra-se na base do “compromisso social-democrata”, que foi celebrado no fordismo, como resposta à “questão social” (Alves, 2014). A celebração desse pacto fortaleceu o “poder institucional” dos sindicatos. O crescimento desse poder favoreceu sua integração institucional, o que significa que as correntes majoritárias do sindicalismo se incorporaram à gestão do modo de produção capitalista. Isso arrastou o conjunto da classe trabalhadora para um período de letargia prolongado.

No final da década de 1980, mudanças políticas no governo permitiram uma legislação trabalhista de caráter flexível, preparando para a precariedade nas relações de trabalho. Somado a isso, assiste-se a um processo de desindustrialização do país, com diminuição

de empregos na indústria e concomitante aumento de pessoal no setor de serviços, levando a uma alteração da composição social da classe trabalhadora. A criação do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), em 1984, pelo então Bloco Central, inaugurando políticas neocorporativas, buscava neutralizar os conflitos oriundos das crises econômicas, objetivando, por exemplo, a moderação de aumentos salariais em 1987 e 1988 (Alves, 2014).

A partir de então, o movimento sindical sofreu várias derrotas. As duas centrais sindicais — Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) (de mobilização de classe) e UGT (de negociação) — raramente mantinham relações, até que em 1988 foram confrontadas pelo “pacote laboral”, visando forte desregulamentação do mercado de trabalho. Houve chamada a greves, ainda que separadamente. Isso muda em 2010 e 2011, quando ambas convocam conjuntamente greves gerais. Em 2012, as divergências se sobressaem. A UGT propõe o “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego”.

Alves (2014) destaca que a presença sindical, mesmo no período revolucionário, sempre foi débil. Em questionários, mais de 60% dos inquiridos afirmaram não simpatizarem com qualquer organização sindical. A crise do sindicalismo é, sobretudo, a crise do sindicalismo nas organizações privadas. Desde os anos 1990, o sindicalismo no setor público tem se mostrado o principal esteio do campo das lutas laborais.

Diferentemente de 1975, o sindicato português tem se caracterizado: crescimento em jurisdição nacional, em detrimento às locais; decréscimo de sindicatos das profissões manuais, com aumento das profissões técnicas e científicas; maior representatividade, desde 2005, das categorias do setor secundário (administração pública, educação e saúde); maior número de sindicatos não filiados, desde 2008, ao número de organizações do universo da CGTP-IN (Alves, 2014).

Os sindicatos buscaram fusões face ao declínio de sócios, privilegiando reestruturação institucional e tática das motivações defensivas, mas a motivação transformadora é o que permite a atuação sindical, por intermédio da democracia sindical, incrementando a participação dos trabalhadores (Alves, 2014).

Para analisar este reflexo nos níveis de sindicalização, é fundamental considerar as relações econômicas entres os países e os rebatimentos acima descritos, de modo a entender como as posições políticas foram forjadas, não numa superestrutura ideal desvinculada da realidade material por simples adesismo ou capitulação, mas indo além dela, já que as posições políticas são sempre e necessariamente tomadas a partir de uma dada visão de mundo, de economia.

Os instrumentos articulados pelas representações de trabalhadores no Estado de bem-estar social foram especialmente atingidos pelo curso econômico, político e cultural dos últimos anos, fragilizando a resistência ao neoliberalismo e produzindo um intenso processo transformador nas organizações de massa construídas, que até então tinha vivido à sombra das “migalhas” do banquete do capital e aceitado a inexorabilidade desse modo de produzir a vida. Surgem novas práticas de cooptação que rebatem sobre

a classe trabalhadora e suas representações, e tornam necessário o Assédio Laboral como tática de gestão que visa exatamente se livrar daqueles que resistem à cooptação e/ou à capitulação.

Embasamento teórico do enfrentamento do Assédio Laboral em Portugal: a Psicodinâmica do Trabalho

Toda ação política tem um suposto teórico que a norteia, tenham ou não seus operadores a consciência dessa filiação: “os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias” (Marx; Engels, 1999).

A Acumulação Flexível tem origem numa crise do capitalismo. A interpretação dessa crise, adicionada à estratégia de difundi-la como visão de mundo ideológica, vai se infiltrando como princípio orientador em amplas camadas da sociedade, configurando uma cultura/*ethos*, de natureza conservadora empreendida pela burguesia, mas que não aparece como conservadora, tentando se amalgamar nos meios sindicais como se fosse teoria de superação da ordem.

Em Portugal, o incipiente enfrentamento ao Assédio Laboral se referencia na Psicodinâmica do Trabalho. As formulações acerca do Assédio Laboral realizadas sob sua égide conhecem uma enorme aceitação e as formulações da tradição marxista conhecem uma constante recusa, sinalizando uma intencionalidade do *status quo* em fazer viger como verdade, como única forma de pensar o real, algumas teorias, e não outras.

A Psicodinâmica do Trabalho recusa a centralidade da categoria “trabalho” e conseqüentemente recusa as categorias “classe” e “revolução”, isto é, categorias ligadas à exploração. Depreende-se que, se não existe classe nem sujeito revolucionário, não há possibilidade de revolução, apenas mudança dentro da ordem. Se não há sujeito revolucionário e é visível o sofrimento no trabalho, a sensibilidade pessoal impede de negar a existência do sofrimento. Assim, é necessário enfrentá-lo ou cair no cinismo. Ao não conceber as determinações sociais como gênese desse sofrimento, a saída elaborada é enfrentá-lo, colocando sua gênese em cada uma das subjetividades, mesmo que as estude coletivamente.

Não analisamos a intencionalidade dos autores que utilizam a Psicodinâmica do Trabalho, trata-se de desmascarar “esse combate filosófico contra as sombras da realidade que tanto agrada à sonolência sonhadora do povo” (Marx; Engels, 1999, p. 6). Os conceitos marxianos de trabalho e mais-valia e o lugar que eles ocupam na teoria do valor-trabalho “exigem” certas formas de enfrentamento, teórica e politicamente e sua utilização pressupõe a denúncia do caráter exploratório da ordem burguesa.

Abrir mão, negar ou combater esses conceitos torna possível propor pactos e convivências harmônicas com a burguesia “esclarecida”, bem como lutar por mudanças no interior do *status quo*, sem necessidade de revoluções, preservando traços tão bem incorporados pela subjetividade social. O pensamento pós-moderno oculta a

complexidade dessas relações, fazendo emergir a opressão como se fosse determinação central, lateralizando a exploração.

Algumas teorias que atuam no campo da Saúde do Trabalhador reconhecem o nexo causal trabalho/adoecimento e estabelecem a relação entre a teoria do processo de trabalho e a teoria psicológica do sofrimento, mas conciliam ideias, conceitos e pressupostos incongruentes. São teorias que, afirmando-se marxistas no que se refere à compreensão da sociedade e do trabalho no modo de produção capitalista, utilizam conceitos internalistas para compreender o humano:

A adoção de teorias psicológicas incoerentes com o materialismo histórico-dialético, o qual acaba cumprindo, nestes estudos, somente a função de esboçar uma crítica social, implica distorções que podem ter consequências empíricas importantes. A individualização do sofrimento do trabalhador é uma delas (Malaguty, 2013, p. 14).

Não se pretende uma exegese de toda a Psicodinâmica do Trabalho, mas somente analisar o que nela se refere ao Assédio Laboral. Combatem-se as imprecisões teóricas e metodológicas, que combinam conceitos e técnicas com fundamentos epistemológicos baseados em concepções do ser humano e de sociedade diferentes. Vale ressaltar que

Frente a dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária desse procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretensão enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação (Marini, 1990, p. 2).

A Psicodinâmica do Trabalho investiga a normalidade e não a patologia. No campo constituído pelo sofrimento e no âmbito pré-patológico, analisa as estratégias defensivas individuais ou coletivas que são utilizadas para enfrentar o sofrimento produzido pela vivência intermediária entre a doença mental descompensada e o conforto psíquico. Dejours (1988) opera com o conceito de sublimação para avaliar as situações de trabalho e a explicação para os distúrbios que lá ocorrem é posta na dinâmica travada entre a repressão social e a sexualidade emergente na infância. O objeto central é a subjetividade, não o trabalho, apesar de os estudos abrangerem a coletividade do trabalho e os aspectos de sua organização. É uma análise na qual o trabalho é tomado como um fator importante, mas tão somente um fator que interage com uma constituição psíquica já estabelecida.

Assim, coloca-se no campo oposto das análises marxistas, que tomam o trabalho como ontologia e afirmam que o trabalho na sua forma histórica provoca sofrimentos, mas traz em si o germe de sua própria superação, em direção ao trabalho produtor de realização humana. A Psicodinâmica do Trabalho, ao considerar o trabalho como apenas um fator que interage com a subjetividade, coloca a gênese do sofrimento no trabalho no interior do psiquismo, eternizando o sofrimento. A Psicodinâmica do Trabalho abstrai o pressuposto de que vivemos numa sociedade de classes, na qual as ideias diferentes são frutos de interesses de classes diferentes, e afirma a existência de uma humanidade:

todos somos humanos, logo é possível dialogar. As análises marxistas partem do pressuposto contrário: de que somos uma sociedade de classes com interesses antagônicos, que produzem ideias diferentes. Vejamos a seguir:

Os três momentos, constituídos pela força produtiva, o estado social e a consciência, podem e devem necessariamente entrar em conflito entre si, pois, através da divisão do trabalho, torna-se possível aquilo que se verifica efetivamente: [...] **a possibilidade de que esses elementos não entrem em conflito reside unicamente no acabar de novo com a divisão do trabalho.** Consequentemente, os ‘fantasmas’, ‘laços’, ‘ente superior’, ‘conceito’ ‘escrúpulos’ são apenas a expressão mental idealista, a representação parente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limitações muito empíricas no interior das quais se move o modo de produção da vida e o modo de troca que este implica (Marx; Engels, 1999, p. 37, grifo nosso).

As produções da Psicodinâmica do Trabalho se dão, tendo como suporte material a França, país cêntrico, que, mesmo após o fim do Estado de bem-estar social e conhecendo as sequelas da crise do capital, busca resolver essa crise fazendo recair sobre a parcela menos organizada da classe a maior exploração. Mas as condições objetivas do país e da classe trabalhadora são diversas e “superiores” às dos membros da classe trabalhadora de países não cêntricos.

Nessa França, quando da origem da Psicodinâmica do Trabalho e em outros momentos históricos, foi possível um processo de conciliação de classes que pôde ofertar algumas migalhas substanciais ao conjunto da classe trabalhadora. Tal processo social permitiu a entrada de uma progressista Psicologia do Trabalho nas fábricas, que pôde desenvolver formas de comunicação com os trabalhadores, que deram suporte material às formulações por eles engendradas.

Essas condições, por mais reformistas e limitadas que possam ter sido, representaram efetivamente algum avanço do ponto de vista de relações de trabalho menos opressivas (porque obviamente a exploração continuava a mesma; melhor dito, aumentava com essa adesão ideológica dos trabalhadores, pois incidiam diretamente no aumento da mais-valia relativa). Mas constituiu-se como capitulação ideológica e engodo continuar produzindo a mesma teoria (com as mesmas propostas de pacto social, de cooperação capital/trabalho, daí dedutíveis) quando o neoliberalismo derruiu a maioria esmagadora dessas benesses.

Para Marx e Engels (1999), “nenhum desses filósofos se lembrou de perguntar qual seria a relação entre a filosofia [...] e a realidade [...], a relação entre a sua crítica e o seu próprio meio material” (Marx; Engels, 1999, p. 10), o que nos remete à análise dos intelectuais que importam alegremente as teorias da Psicodinâmica do Trabalho para países como Portugal e Brasil, mesmo com as diferenças substanciais existentes entre esses países.

Na França, de onde emerge a Psicodinâmica do Trabalho, se consolidou um pacto social substancial, o Estado de bem-estar social; em Portugal, o pacto social foi muito rebaixado; no Brasil, foi inexistente. Depreende-se que trasladar teorias gestadas em países com realidades econômico-políticas tão díspares aponta não para a ocorrência de

pacto social reformista entre capital e trabalho, mas para a simples capitulação, propor o silenciamento da classe trabalhadora frente às suas mazelas. Não importam as “excelentes intenções” dos diversos pesquisadores, mas as consequências de suas práticas, pois, conforme Marx, “eles não sabem, mas fazem”.

Ao afirmar que o Assédio Laboral sempre existiu, Dejours, um dos luminares da Psicodinâmica do Trabalho, nega explicitamente que tenham ocorrido mudanças na forma de gerir e controlar a força de trabalho. Em sua biografia, observa-se:

Quando eu comecei as minhas investigações há 45 anos, (estudei) o assédio dos operários nas linhas de montagens de automóveis. As técnicas foram experimentadas no exército e depois importadas para indústria. Oficiais do exército eram contratados para estar na linha de montagem, monitorando a linha de produção... De lá para cá o que mudou não foi o assédio ou as técnicas, mas sim mudou foi o aumento impressionante de patologias mentais e somáticas decorrentes do assédio (Grüne, 2018).

Já Marini (1990), ao analisar as relações entre países cêntricos e não cêntricos, trata do modo pelo qual o uso da violência militar e política foi sendo modificado no modo de produção capitalista da forma aberta para a mais velada, nos diz:

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações. Verifica-se aqui o mesmo fenômeno que se observa no interior das economias industriais: o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que começam a jogar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação (Marini, 1990, p. 7).

Dejours (1988) reconhece que ficou evidenciado que fatores como hierarquia, disciplina, comando, sistema de gratificações, prêmios, progressão, formação na carreira e métodos de direção, o que chamam *management*, influenciam na saúde dos trabalhadores. Como para o autor não houve alteração nesses fatores, significa dizer que o que mudou foram os trabalhadores e seus corpos. Além disso, Dejours toma os métodos de controle do fordismo, experimentados no exército e depois importados para a fábrica, como se fossem majoritários ainda hoje, negando todas as descobertas produzidas pela ciência. Tal análise desconsidera que

São sempre indivíduos determinados, com uma atividade produtiva que se desenrola de um determinado modo, que entram em relações sociais e políticas determinadas. É necessário que [...] a observação empírica mostre nos fatos, e sem qualquer especulação ou mistificação, o elo existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o estado resultam constantemente do processo vital de indivíduos determinados; mas não resultam daquilo que estes indivíduos aparentam perante si mesmo ou perante outros e sim daquilo que são na realidade, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente. Resultam, portanto, da forma como atuam partindo de bases, condições e limites materiais determinados e independentes da sua vontade (Marx; Engels, 1999, p. 19).

Em Grüne (2018), Dejours explica a mudança interna dos trabalhadores como patologias que põem em primeiro plano o corpo. Entre a organização do trabalho e o pulso temos a questão psíquica, ocasionada pelo ritmo de trabalho, algo é bloqueado no funcionamento psíquico, o que facilita a manifestação desse transtorno. Tal psicologização do trabalho não elucida a questão: se antes não ocorria adoecimento em números tão gritantes, não havia então o bloqueio no funcionamento psíquico ou ele não gerava adoecimento?

O Assédio Laboral desde o materialismo histórico-dialético

Analisemos três aspectos da questão: (1) o Assédio Laboral como sempre existente *versus* o Assédio Laboral como forma de gestão do capital no período de Acumulação Flexível; (2) a gênese do Assédio Laboral no psiquismo humano *versus* na necessidade do modo de produção capitalista de estabelecer novas formas de controle da classe trabalhadora; (3) maneiras de enfrentamento advindas da sua caracterização.

A Psicodinâmica do Trabalho coloca a gênese do Assédio Laboral no psiquismo humano, sendo o enfrentamento necessariamente pela psicoterapia; o materialismo histórico-dialético afirma a gênese social do processo, o enfrentamento necessariamente é coletivo.

A defesa do Assédio Laboral como sempre existente rompe com a categoria da totalidade, analisando cada forma de controle de forma singular, recaindo em divisões estanques, o que apresenta o problema como insolúvel, novas formas emergindo assim que se analisa a anterior. No nível da análise desaparecem os fatores a serem considerados, mas na realidade eles continuam agindo, com o capital como grande interessado na manutenção da opressão/exploração. A explicação para a gênese do Assédio Laboral impreterivelmente recai na “natureza humana”, ou seja, trata-se de ser humano contra ser humano que é assim, sempre foi e sempre será. Mas a história não é estanque e se caracteriza pelo movimento, uma vez que

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividades que lhe foi transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente. Acontece por vezes que estes fatos são completamente alterados pela especulação ao fazer da história recente o fim da história anterior [...]. (Marx; Engels, 1999, p. 46).

A afirmação de que o Assédio Laboral sempre existiu desconsidera o movimento que o capital empreende para continuar a ser o que é, conceituando o Assédio Laboral como sinônimo de toda forma opressiva que o capital engendra. Antepondo-se a isso, conceitua-se que o Assédio Laboral é uma forma de controle e opressão necessária e própria do período de Acumulação Flexível. As sociedades de classe, fundadas pela exploração, necessitam sempre controlar seus explorados. Para tal, desenvolvem diversas formas, apropriadas ao período histórico e ao estágio da luta de classes. Elas guardam diferenças significativas entre si, e apenas na Acumulação Flexível o capital

lançou mão do recurso do apelo às emoções como componente fundamental no controle efetuado.

Grüne (2018) afirma que Dejours (na década de 1990) defende que o assédio no trabalho não é novo, tendo sempre existido, dentro da antiguidade, na forma de assédio dos servos pelos representantes dos senhores etc.

O fenômeno que a Psicodinâmica do Trabalho, generalizando, nomeia como assédio é a ocorrência das variadas formas opressivas, parte fundamental da exploração das sociedades de classe. Nomear toda exploração como “assédio” e afirmar que são iguais todas as formas opressivas e de exploração das sociedades de classes existentes até aqui, desaparece com o movimento histórico. A forma de gestão denominada Assédio Laboral é uma expressão necessária e adequada do capital na sua fase de Acumulação Flexível. Tornar uniforme a ocorrência das várias violências engendradas nas sociedades de classe, esbate as diferenças entre exploração e opressão, que têm como consequência (1) eternizar o modo de produção, retirando sua gênese como advinda do modo de organizar a vida nas sociedades de classe e colocando-os como próprios da natureza humana; (2) remeter esses fenômenos ao mesmo estatuto ontológico, permite subsumir a exploração e realizar alianças de classe com setores da burguesia civilizada.

Marx e Engels (1999) refutam os teóricos que afirmam que os limites, aspirações, gostos, escolhas e atos dos seres humanos são produzidos pela consciência. Coerentemente, a saída proposta para as questões é um postulado moral, ou seja, a substituição da estreita consciência egoísta por uma consciência crítica, verdadeiramente humana. Essa substituição se daria por realizar uma interpretação correta, diversa da realizada até ali; interpretar de forma diferente o real; aceitá-lo, pois, desde que com uma interpretação diferente da que até ali ocorrera. Trata-se, não de revolucionar as bases materiais, objetivas e subjetivas, sobre as quais se erguem os fenômenos analisados, mas apenas alterar o que se pensa acerca delas. Conservadorismo por excelência, busca que algo mude para que tudo continue como está, mesmo que ele esteja submerso e enfeitado pelo mais avançado linguajar. Dessa forma:

No processo de desenvolvimento histórico, quanto mais articulada se torna a superestrutura legal e política, mais abrangentemente ela abarca e domina não apenas as práticas materiais reprodutivas da sociedade, mas também as mais variadas ‘formas ideais’ de consciência social (Mészáros, 2011, p. 469).

Evidencia-se na citação acima a indissolubilidade da relação entre a produção teórica e a realidade, posto que a maioria dos autores que escrevem sobre Assédio Laboral, que denominam como Assédio Moral no Trabalho, defendem a existência do assédio moral vertical ascendente e assédio moral horizontal. Uma leitura cuidadosa dessas defesas (Barreto, 2003; Heloani, 2013; Thomé, 2013) não revela pesquisas nas quais isso foi demonstrado. A explicação desses autores é de que “é mais difícil de acontecer, é mais raro, mas existem”. No que tange a esse tipo de explicação, afirmam Marx e Engels que

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas: são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições

materiais de existência, [...]. Estas bases são, portanto, verificáveis por vias puramente empíricas (Marx; Engels, 1999, p. 10).

A defesa da existência de três tipos de Assédio Laboral é uma análise superficial que toma um momento do processo como se fosse a origem. O Assédio Laboral se torna visível exatamente quando a estratégia pensada por quem detém o poder se torna eficaz, sendo apropriada pelo grupo, que não percebe seu caráter de intencionalidade. Essa estratégia é coerente com a lógica das subjetividades forjadas pelo capitalismo e o grupo as incorpora como suas, o que dá a essa lógica um caráter de espontaneidade e verdade, bem como uma enorme eficácia.

A existência do Assédio Laboral só se torna possível se a estratégia pensada pelo chefe para se livrar daquele(a) que obsta seus planos passar despercebida e se tornar a lógica grupal. Quando o assédio está maduro, as relações de humilhação entre trabalhadores surgem de forma vertical e horizontal, **aparentemente** com o assédio sendo praticado por todos, porque a ação do poder não foi percebida.

O termo “moral” utilizado no Assédio Moral no Trabalho expressa apenas uma parte do processo, mesmo que se refira corretamente à principal característica que separa essa forma de controle dos trabalhadores das formas anteriores, que é o ataque à personalidade do sujeito, manipulando suas emoções, atuando fortemente na sua desmoralização junto aos pares e a si mesmo. O ataque é tanto objetivo como subjetivo, mas o epíteto moral acabou por ser tomado como principal e único, permitindo leituras idealistas do fenômeno. Este erro de análise tem consequências políticas, pois quem erra no diagnóstico erra no enfrentamento do processo. Uma nova nomenclatura a se utilizar a partir dessa análise é “assédio laboral”.

Essencializar a ocorrência dos aspectos morais existentes no processo, que se revelam como humilhação, contribui para que o enfrentamento da questão se dê no plano da moral, da ausência de ética etc., pensamento conservador por excelência. Desresponsabiliza o sistema perigosamente, escamoteando as determinações econômicas, políticas e ideológicas que estão na gênese do Assédio Laboral, obnubilando tanto essa gênese como seu enfrentamento, colocando-os sempre nas razões psicológicas seja dos que o praticam seja dos que são vítimas dele.

Caso as condições político-ideológicas permitissem ao chefe, como se fazia antes de 1970, se livrar do trabalhador explicitamente (porque não temeria o surgimento de solidariedades), ele simplesmente o faria. Mas o conjunto de enunciados ideológicos que mantém o “clima” necessário para a extração da mais valia buscam construir o local do trabalho como o lar, o lócus afetivo por excelência, a família. Como a família pode se livrar de um membro seu? Construindo um conjunto de enunciados que faça parecer que esse membro coloca em risco todo o grupo.

Mais que livrar-se do trabalhador que questiona sem que ele se rebele (daí todas as estratégias de humilhação), é essencial que o grupo não se solidarize com ele. Ficaria muito custoso para o capital livrar-se um a um dos descontentes: uma política eficaz, que faça desaparecer o momento fundante e o caráter intencional do processo de

assédio/humilhação, torna os demais trabalhadores “cúmplices” involuntários do processo.

Do ponto de vista ideológico o Assédio Laboral possui uma dupla função. O chefe se livra de um contestador e ao mesmo tempo emite um aviso preventivo para futuros contestadores: pode acontecer com você. Para aqueles que porventura não se deixarem iludir quanto ao caráter de perseguição injusta exercida sobre o trabalhador assediado, o Assédio Laboral ao mais resistente ou oponente a ele serve como alerta: se o trabalhador que é forte, sindicalista e competente, foi assediado, imagine o que acontecerá com você? Porém, se a intencionalidade dos gestos do assediador ficasse clara para todos, ela perderia sua eficácia, pois saberiam que é uma perseguição. Por isso, é necessário o caráter de “contaminação” das práticas assediadoras, que sejam incorporadas e reproduzidas. É nesse momento que o assédio aparece e é nesse momento que ele se torna visível. Ainda que nem todos os trabalhadores reproduzam o assédio, a real origem do Assédio Laboral é mascarada, já que ele foi realizado de forma sub-reptícia pela chefia e de forma explícita pelos colegas. Quanto a isso, Lukács (2003) nos ajuda a refletir:

Enquanto na mera teoria as mais diferentes visões e orientações podem conviver pacificamente entre si e a oposição entre elas assumir apenas a forma de discussões que se desenrolam tranquilamente no âmbito de uma mesma organização, sem ter de destruí-la, essas questões, quando pensadas nos termos da organização, apresentam-se como orientações rígidas e excludentes (Lukács, 2003, p. 530).

Dos trabalhadores no seu local de trabalho, com poucas possibilidades de reflexão, em recuo com suas representações de classe, entende-se que analisem o Assédio Laboral como praticado por seus iguais. Mas trata-se de má-fé ou ignorância que pesquisadores da área, os quais se debruçam sobre o fenômeno e possuem instrumentos de análise, que poderiam ir além da mera aparência fenomênica, defendam tal existência.

Transformar os problemas enfrentados pela classe trabalhadora no seu devir histórico, invocando o recurso moral e a ética, não é apenas insuficiente, mas expressa uma posição política, uma forma conservadora de enfrentar a realidade social: “o amor-próprio é [...] fundamental para combater o assédio moral” (Grüne, 2018). Pois,

A ética se ocupa da avaliação e da implementação dos objetivos alternativos que os indivíduos e grupos sociais podem realmente definir para si próprios nos seus enfrentamentos dos problemas de sua época. E é aí que a inevitabilidade política causa o seu impacto, pois nem mesmo a investigação mais comprometida da ética pode substituir a crítica radical da política e sua realidade contemporânea frustrante e alienante (Mészáros, 2011, p. 499).

Coerentes com os pressupostos adotados, com a negação da existência da luta de classes e do sujeito revolucionário, as formas de enfrentamento do Assédio Laboral sugeridas pela Psicodinâmica do Trabalho revelam uma desconfiança na potência dos membros da classe trabalhadora para construir saídas autônomas de seu sofrimento. Como afirma Mészáros (2011):

Com certeza jamais se poderia admitir que – apesar de todas as mistificações teóricas e práticas – o sujeito real do sociometabolismo reprodutivo sob a regra

do capital continue sendo o trabalho e não as personificações do capital sob qualquer forma ou molde (Mészáros, 2011, p. 154).

Ao perquirir o modo como a Psicodinâmica do Trabalho analisa o Assédio Laboral, retomemos Lukács (2013), que apontava que a dedicação a uma causa progressista também pode, eventualmente, assumir formas alienadas, bem como mesmo que excepcionalmente, apesar de tudo, seja possível que algumas pessoas se identifiquem com causas sociais regressivas de um modo subjetiva e humanamente autêntico.

A proposição da Psicodinâmica do Trabalho para que ocorra o diálogo entre assediador e assediado, nos casos de Assédio Laboral, desconsidera completamente o fato de que,

Dadas as condições históricas de existência sob o comando do capital e de suas formações estatais, com sua negação autoritária de alternativas práticas significativas (**mesmo quando alega credenciais democráticas**), seria obviamente uma autoilusão postular a relação harmoniosa e a unidade entre política e ética. Considerando que as formas dominantes da política estão muito distantes de ser éticas, a própria ética não pode ser política sem problemas, no sentido de se vincular à tendência principal da política. Ao contrário, na época em que a crise estrutural do capital fatalmente manifesta-se também no campo da política, **o potencial emancipador do papel da ética é impensável sem a sua autodefinição como crítica radical socialista da política engastada na estrutura institucional do sistema do capital, incluindo a maior parte dos órgãos defensivos originais do movimento da classe trabalhadora**. Este é o único sentido no qual a ética pode ser política hoje, contemplando a constituição de uma unidade potencial da política e da ética no empreendimento prático de superar o poder da tomada de decisão política alienada dos indivíduos sociais, no espírito do projeto marxiano (Mészáros, 2011, p. 500, grifo nosso).

Nesses primeiros vinte anos do século XXI, em Portugal, as organizações da sociedade civil, sindicatos inclusos, que se colocam como tarefa enfrentar as mazelas da sociedade capitalista, não têm conseguido apreender esse ensinamento ou colocá-lo em prática.

Conclusões

A análise da forma como os sindicatos enfrentam o Assédio Laboral em Portugal, revelou que esse enfrentamento, baseado majoritariamente na Psicodinâmica do Trabalho como teoria de suporte, é incipiente e localizado efeito de forma psicologizante, sem a proposição de enfrentamentos coletivos. Medidas que vão da contratação de psicólogos pelos sindicatos para atender aos assediados ou a mesa de diálogo entre assediados e assediadores.

No processo de ecletismo que pouco fecunda o enfrentamento da questão, setores que se reivindicam marxistas abrem mão dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, inscrevendo-se no rol de saídas de preservação da lógica da continuidade da existência do capitalismo, obviamente propondo saídas para torná-lo “civilizado”, menos excludente, mais humano. Formulações que se autointitulam progressistas, mas estão no marco do pensamento conservador, que não é estanque, mas se movimenta para que algo mude para que tudo continue como está.

As saídas propostas a partir do materialismo histórico-dialético podem ser sinalizadas em duas direções. A primeira aponta para a transitoriedade de quaisquer medidas de enfrentamento adotadas, visto que, por mais avançadas que sejam, ainda estarão subsumidas à lógica do capital. Afinal, é necessário agir em direção à emancipação humana, cujo alvo é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de “personificações do capital” (Mészáros, 2011). A segunda postulação, que surge como decorrência da primeira, é que o processo de transformação emancipatória tem sujeitos ativos claramente delimitados pela luta de classes, o proletariado, considerando os processos de metamorfose que sofreram e sofrem (Antunes, 2018).

A delimitação de quem é o sujeito da emancipação constitui-se dialeticamente enquanto recusa a todas as formas de conciliação de classes e reformismos, postas sob quaisquer justificativas filosóficas. Saídas individuais, como a psicoterapia individual ou diálogos entre assediados e assediadores, expressam a posição de classe de seus autores, que revelam continuar apostando na burguesia — e sua lógica de reger o mundo — como forma civilizatória e negando o potencial revolucionário da classe trabalhadora.

É incontornável defender que a forma de enfrentamento do Assédio Laboral deva perpassar pela organização de conselhos de trabalhadores em seus locais de trabalho, que possam organizar a categoria e pensar saídas para as mazelas postas pelo sociometabolismo do capital. Desse modo,

Sua medida de sucesso pode apenas estar na capacidade de se manter constantemente atenta a uma crítica prática reanimada em direção ao verdadeiro objetivo da transformação socialista: ir para além do capital em todas as suas formas realmente existentes e possíveis por meio da redefinição e da rearticulação prática viável do processo de trabalho (Mészáros, 2011, p. 500).

Da Comuna de Paris, em 1871, quando os *communards* afirmavam: “estamos aqui pela Humanidade”, passando pelas experiências históricas variadas, produzidas por revolucionários anarquistas e comunistas, a lição a ser aprendida é: **façamos nós, por nossas mãos, tudo o que a nós diz respeito!**

Referências

ALVES, P. M. O movimento sindical português no turbilhão da crise global do sindicalismo, p. 278–295. In: MATTOS, M. B. Mattos (org.). **Relações laborais em Portugal e no mundo lusófono: história e demografia**. Lisboa: Colibri, 2014. p. 267-299.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARRETO, M. **Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações**. São Paulo: Educ, 2003.

DEJOURS, Ch. **A loucura do trabalho**: estudos de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortês, 1988.

GRÜNE, C. Reflexões do psicanalista francês Christophe Dejours sobre o assédio moral no trabalho. **Estado de Direito!** Disponível em: http://estadodedireito.com.br/reflexoes_do_psicanalista_frances_christophe_dejours_sobre_assedio_moral/, de 05.09.2018. Acesso em: 04 jul. 2023.

HELOANI, R. Assédio moral no trabalho. **Anais do Seminário Compreendendo o assédio moral no ambiente de trabalho**. Brasília: MEC/Fundacentro, 2013. p. 27–34.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MALAGUTY, S. **Sofrimento pelo trabalho**: uma contribuição a partir da Psicologia histórico-cultural. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. 10. ed. Cidade do México: Era, 1990.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Penguin, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (primeiro capítulo). São Paulo: Rocket Editon, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

THOMÉ, C. F. O assédio moral nas relações de trabalho. **Anais do Seminário Compreendendo o assédio moral no ambiente de trabalho**. Brasília: MEC/Fundacentro, 2013, p. 43–48.

Submetido em: 25/07/2023

Revisto em: 07/11/2023

Aceito em: 10/11/2023